



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN	5
PREFÁCIO – JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO.....	7
INTRODUÇÃO	15
1. BREVE HISTÓRIA DO DIREITO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO	19
2. A DEFESA DO CONSUMIDOR E O DIREITO COMPARADO.....	42
3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR	50
3.1 Princípio da soberania (arts. 1.º, I, e 170, I, da CF/1988)	53
3.2 Princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988)	54
3.3 Princípio da liberdade (arts. 1.º, IV, 3.º, I, e 5.º, <i>caput</i> , da CF/1988)	56
3.4 Princípio da atividade econômica (art. 170, V, da CF/1988)	57
3.5 Outros eixos constitucionais.....	58
4. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	60
4.1 Princípios informadores do CDC.....	65
4.1.1 Princípio da vulnerabilidade do consumidor.....	65
4.1.2 Princípio do dever governamental (art. 4.º, II, VI e VII, do CDC)	72
4.1.3 Princípio da garantia de adequação (art. 4.º, <i>caput</i>)	74
4.1.4 Princípio da boa-fé nas relações de consumo (art. 4.º, III, perpas- sando vários dispositivos do CDC).....	75
4.1.5 Princípio da ampla informação/conscientização (arts. 4.º, 6.º, III, 8.º a 10, 12, 13, 18 a 20, 30, 31, 35 a 38, 56, 60, 63, 64, 66, 67 e 72)	77
4.1.6 Princípio do acesso efetivo e diferenciado à Justiça (arts. 6.º, VII, VIII, 5.º, I, 43, § 4.º, e 117).....	77
4.1.7 Princípio da harmonia	78
4.1.8 Princípio da repressão ao abuso.....	78
4.1.9 Princípio da racionalização e melhoria dos serviços públicos.....	79



4.1.10 Princípio do estudo constante das modificações do mercado de consumo.....	79
5. DIREITO DO CONSUMIDOR, ORIGEM, DEFINIÇÃO, OBJETO E CARACTERÍSTICA	82
6. A RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	88
6.1 A parte subjetiva da relação jurídica de consumo.....	92
6.2 Definição de consumidor	94
6.2.1 O elemento subjetivo	98
6.2.2 O elemento objetivo.....	99
6.2.3 O elemento teleológico	100
6.3 Definição de fornecedor	108
6.4 A parte objetiva da relação jurídica de consumo	111
6.5 Definição de produto.....	114
6.6 Definição de serviço	117
6.7 Periculosidade dos produtos e serviços	119
6.8 A parte fática da relação jurídica de consumo	120
7. “DIÁLOGO DAS FONTES NORMATIVAS”	125
8. DAS TUTELAS DO CONSUMIDOR.....	130
8.1 Tutela civil.....	138
8.1.1 A responsabilidade civil	139
8.1.2 Vícios e defeitos	146
8.1.2.1 A responsabilidade civil pelo fato (ou defeito/falta) do produto e do serviço	148
8.1.2.2 A responsabilidade civil pelo vício do produto e do serviço	151
8.1.2.2.1 Tipo de vícios de produto.....	152
8.1.2.2.2 Tipo de vício do serviço	153
8.1.2.3 Situações de responsabilidade direta/própria do fornecedor imediato	154
8.1.2.4 Prazos decadenciais para a reclamação.....	155
8.1.3 A responsabilidade civil nos serviços públicos	155
8.1.4 Garantia legal e garantia contratual	157
8.1.5 Desconsideração da personalidade jurídica	158
8.1.6 Práticas comerciais.....	166



8.1.7	Da oferta.....	168
8.1.8	Da publicidade	170
8.1.9	Práticas abusivas	177
8.1.9.1	Venda casada.....	177
8.1.9.2	Recusa de fornecimento.....	180
8.1.9.3	Remessa de produto ou fornecimento de serviço sem prévia solicitação	180
8.1.9.4	Prevalcimento em face da fraqueza ou ignorância do consumidor.....	181
8.1.9.5	Exigir vantagem excessiva	182
8.1.9.6	Execução de serviço sem prévio orçamento	182
8.1.9.7	Repasse de informação depreciativa sobre o consumidor no exercício de seus direitos	182
8.1.9.8	Colocar no mercado produto e serviço em descumprimento com as normas expedidas pelos órgãos oficiais, ABNT ou Conmetro (art. 39, VIII)	183
8.1.9.9	Recusa de venda de bens ou prestação de serviço	185
8.1.9.10	Elevação injustificada dos preços	185
8.1.9.11	Reajuste de preços (art. 39, XI)	186
8.1.9.12	Deixar de estipular prazo para cumprimento de sua obrigação (art. 39, XII)	186
8.1.10	Da cobrança de dívidas	187
8.1.11	Dos bancos de dados e cadastros de consumidores (art. 43)	189
8.1.12	Cadastro de fornecedores.....	194
8.1.13	Proteção contratual.....	196
8.1.13.1	Uma nova teoria contratual	208
8.1.14	A desistência contratual no CDC.....	220
8.1.15	Cláusulas contratuais abusivas	221
8.1.16	Normas especiais.....	234
8.1.16.1	Crédito e financiamento	235
8.1.16.2	Compra e venda e alienação fiduciária	237
8.1.16.3	Consórcio.....	237
8.1.16.4	Contrato de adesão (art. 54 do CDC).....	239
8.2	Tutela administrativa (arts. 55 e 106 do CDC)	241
8.2.1	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor-SNDC.....	242
8.2.1.1	Órgãos federais	243
8.2.1.2	Órgãos estaduais e do Distrito Federal.....	243



8.2.1.3	Entidades privadas.....	244
8.2.2	Notificações e sanções administrativas	245
8.3	Tutela penal.....	247
8.3.1	Classificando as condutas criminais tipificadas no CDC.....	248
8.3.2	Concurso de pessoas (art.75)	250
8.3.3	Circunstâncias agravantes.....	251
8.3.4	Penas	251
8.3.5	Objeto/bem juridicamente protegido.....	251
8.3.6	Sujeito da relação jurídico penal.....	252
8.3.7	Quanto à fiança	252
8.3.8	Assistência do Ministério Público e ação penal subsidiária.....	252
8.3.9	Outros tipos penais	253
8.3.10	Razão precípua das penas criminais do CDC.....	253
8.4	Tutela jurisdicional.....	253
8.4.1	Tutela individual	254
8.4.2	Tutela coletiva	254
8.4.3	Efetividade da tutela do consumidor	262
9.	CONCLUSÃO.....	268
	BIBLIOGRAFIA.....	277
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	287

